

Tempos de genocídio



Por ANA SELVA ALBINATI*

Quando a paz é guerra e o crime não tem castigo

1.

Outro dia li em uma camisa: “Gaza – the soul of my soul”. Achei bonito, mas não consegui entender exatamente o sentido. Tenho lido as notícias sobre o genocídio em Gaza, tenho procurado entender a origem desse drama através de autores que remontam a ocupação israelense na Palestina, a usurpação das terras, a expulsão dos palestinos, a catástrofe de 1948, a chamada *Nakba*, que culminou na criação do Estado de Israel, com a expulsão de mais de 750 mil palestinos e a destruição de cerca de 500 aldeias.

Tenho acompanhado também o rompimento de todos os acordos por parte de Israel acerca de uma possível ocupação daquele espaço por duas nações e tenho visto a inoperância e a impotência de órgãos internacionais como a ONU, a indiferença ou adesão velada ou aberta aos crimes cometidos pelo Estado de Israel por muitos países, assim como as manifestações de apoio ao povo palestino que ocorrem em tantas partes do mundo, mas que são geralmente ocultadas pela mídia e penalizadas pelas instituições.

Mas nada me deu o sentido mais profundo da proposição “Gaza: the soul of my soul” do que a leitura do livro *Sumud em tempos de genocídio*, da psiquiatra palestina Samah Jabr [\[1\]](#).

Nada teve o impacto dessa pancada na alma tão forte quanto o relato dos dramas pessoais, das dores, dos traumas somatizados, da vergonha pela impotência, da culpa por sobreviver quando parentes e amigos morrem, dos sofrimentos indizíveis de indivíduos que no extremo de sua desumanização diária, cotidiana, rotineira, tentam resistir. *Sumud* quer dizer resistência. Resistência quando não há paz, quando todo dia é de guerra, ainda que não seja assim noticiada pela mídia ocidental, e quando o crime é perpetrado a todo instante contra todos, crianças, adolescentes, mulheres, homens, mães, pais, avós, que se veem ameaçados 24 horas por dia, e sem mais esperança de que esses crimes recebam castigo.

Sumud não significa apenas a capacidade de sobreviver ou a habilidade de se restabelecer para lidar com o estresse e a adversidade. *Sumud* é a realização dessas coisas, além da disposição de manter um desafio inabalável à subjugação e à ocupação. *Sumud* não é a uma característica inata ou a consequência de um único evento na vida, mas um sistema de habilidades e hábitos que são aprendidos e podem ser desenvolvidos. *Sumud* cria as bases de um estilo de vida de resistência, agarrando-se à terra como uma oliveira profundamente enraizada, preservando a própria identidade, buscando autonomia e liberdade de ação, e preservando a narrativa palestina e sua cultura diante da destruição. (JABR, 2024, p.114-15).

É a resposta digna ao extremo da desumanização, ao fim da civilização qualquer que seja, ao fim dos acordos societários, à

marcha da prepotência de quem pode sobre as almas de quem suporta. “*Sumud* significa manter o otimismo, a solidariedade moral e social enquanto se lida com realidade sombrias e estruturas opressivas”. (idem, p.115)

Se tivemos momentos semelhantes a este na história, temos, no entanto, características próprias no genocídio dos palestinos pelo projeto sionista de ocupação de todo o território palestino.

O sionismo se vale da capitalização do sofrimento histórico do povo judeu, sobretudo o decorrente do horror nazista, para demandar o que a princípio parece justo: um estado judeu. Para tanto reveste esse projeto político com uma roupagem religiosa, de forma a tentar justificar a escolha da Palestina como território de uma legítima ocupação

2.

O termo sionismo data de 1890, criado por Nathan Birnbaum na esteira das ideias de um sionismo moderno advogado por Moses Hess.

Moses Hess, a princípio um autor próximo do marxismo, posteriormente faz a inversão da perspectiva materialista de Marx, desenvolvida em *Sobre a questão judaica*. Nesse texto de 1843, Marx procura explicitar a condição judaica não em termos religiosos, mas em termos profanos, histórico-sociais, ou em suas palavras, procura tratar não do “judeu sabático”, mas do “judeu cotidiano”. (MARX, 2013, p.56) Respondendo a um artigo de Bruno Bauer acerca das condições da emancipação dos judeus, Marx dirá que “Bauer compreende apenas a essência religiosa do judaísmo, mas deixa de compreender o fundamento real e secular dessa entidade religiosa”. (MARX, 2011, p.128). A proposição marxiana é, portanto, compreender a consciência religiosa em sua relação com a vida material, com a história, com a forma de sociabilidade que a torna possível, e não de forma autônoma.

Moses Hess, que conhecia bem esse texto e se identificava com essa proposição, se distancia de Marx a tal ponto que em 1862, em *Roma e Jerusalém*, longe de analisar o “judeu cotidiano”, ou seja, as determinações sociais que estão na constituição do povo judeu, dirá dos judeus como uma raça histórica, exaltando uma essência judaica, a partir da qual se constituirá o projeto sionista.

Como observa Daniel Bensaid: “Duas orientações se opõem radicalmente. Em 1843, Marx preconiza uma emancipação política dos judeus na perspectiva da “emancipação humana”, contra a restauração de uma “nacionalidade quimérica”. Em 1862, Hess preconiza a “conquista do solo nacional” contra a “emancipação quimérica”. Sua descendência ideológica – de Leo Pinsker a Theodor Herzl e a Max Nordau – vai se consagrar a exportar a crise europeia para a Palestina, no quadro da expansão imperialista rumo ao Oeste”. (BENSAID, 2013, p. 104)

O sionismo se constitui a partir dessa perspectiva de Moses Hess. É Theodor Herzl quem desenvolve o sionismo político alegando que a única forma de se livrar do antissemitismo europeu seria a criação de um estado judeu na Palestina, em *O Estado Judeu* de 1896. Tal tese não era compartilhada unanimemente pelos judeus na Europa, que defendiam a assimilação nas sociedades nas quais já haviam se integrado. Tampouco a escolha da Palestina era vista como uma destinação inequívoca, era apenas uma das possibilidades ventiladas. Além da Patagônia argentina, países como Uganda ou Congo foram também pensados como possibilidades. A escolha pela Palestina se define no primeiro congresso sionista em 1897, na Basileia, sob o comando de Herzl, já postulada como um retorno legítimo da nação judaica.

Observa Altman que “ainda que o sionismo fosse inicialmente laico, a religião dava ao sionismo dois elementos discursivos muito importantes, duas ideias-chave. A primeira era a de ‘povo eleito’, e a segunda, a de ‘terra prometida’.” (ALTMAN, 2023, p.48). Ideias que convergiram para a noção de um direito natural à Palestina.

a terra é redonda

A questão é que nesse momento a Palestina era ocupada por cerca de meio milhão de habitantes, entre muçulmanos, cristãos e judeus, além de soldados e funcionários otomanos e europeus. Em *Dez mitos sobre Israel*, Ilan Pappé esclarece a demografia do território palestino bem como desfaz o mito dos judeus como um povo sem terra na medida em que grande parte dos judeus já se encontrava assimilada a diversos países. A tal ponto que foi necessário o convencimento da vinda dos judeus sefarditas da África e Ásia para reforçar inicialmente a imigração judaica na Palestina.

Ainda assim, a propaganda sionista difundia a ideia de “uma terra sem povo para um povo sem terra”, slogan criado por Israel Zangwill. Esse slogan, além de mistificador, traduzia a visão racista que considerava os palestinos como um “não povo”. (MERUANE, 2023, p. 32) Golda Meier chega a dizer que “não existia tal coisa” como o povo palestino”. (idem, p.126)

Os judeus se identificam com os projetos colonialistas do Ocidente para manterem os palestinos como um não-povo. Para tanto se valem de métodos e expressões por eles mesmos experimentados quando da perseguição nazista ao qualificar os palestinos como selvagens, atrasados e menos humanos. Utilizam-se dos livros didáticos para disseminar tais ideias na formação das crianças israelenses.

Não por acaso as narrativas legitimadoras da colonização da Palestina conferem ao judeu o estereótipo de trabalhador, guerreiro, viril, o que inverte a perspectiva discriminatória europeia, sobretudo a nazista, que o considerava como um grupo inferior. E o mostra, numa forma de espelhamento, como o tipo ariano que o massacrou.

A capitalização do inegável sofrimento judeu sob o domínio nazista atua na comoção e, consequentemente, na aceitação por parte da opinião pública da criação do estado de Israel. Aliado a uma difusão midiática islamofóbica, o estado de Israel se configuraria então como um “posto avançado do Ocidente, da civilização contra a barbárie”. (MISLEH, 2022, p.32.)

Como se não bastasse, frente à resistência árabe, é propagada a ideia de que os sionistas praticam uma autodefesa como se fossem eles as vítimas, autodefesa baseada no medo que sentem frente ao ódio que os palestinos e os árabes em geral lhes reservam. Como analisa Samah Jabr, “o medo dos israelenses não é simplesmente uma inocente herança traumática, é um instrumento político suspeito, uma manipulação perversa que justifica o tratamento cruel dispensado aos palestinos.” (2024, p.40) Tal temor é absolutamente desproporcional ao dano real que os palestinos causam a eles, mas serve como elemento de empatia veiculado pela mídia ocidental, enquanto a imagem do ódio palestino serve de justificativa à islamofobia.

Discurso disseminado através das imagens idílicas dos *kibutz*, da divulgação da capacidade de trabalho do povo judeu transformando o deserto em terra agricultável, ocultando que se tratava de uma ocupação violenta sobre o território palestino, realizada de forma estudada e premeditada para garantir as melhores terras e “limpar” os traços da presença palestina pela destruição das casas e das plantações, incluindo as oliveiras seculares que testemunhavam a sua pertença histórica.

Já no final do século XIX se verifica um movimento de deslocamento dos judeus para a Palestina, através da compra de terrenos financiada pela organização sionista mundial, fundada a partir do congresso da Basileia. E ainda que houvesse uma divisão entre os sionistas de esquerda e de direita naquele momento, observa Altman que “essa suposta esquerda sionista [...] abraçava a mesma tese fundamental, a de um estado sob supremacia judaica”, e que “esse foi o grupo que comandou as primeiras etapas de limpeza étnica contra os palestinos”. (2023, p.50)

Após a derrota do Império Otomano na primeira guerra mundial, a Palestina passa ao domínio da Grã-Bretanha que, embora promettesse a criação de um estado palestino, termina por favorecer os interesses dos ocupantes judeus. Os palestinos representavam na década de 1920 entre 80 a 90% da população. O favorecimento inglês aos sionistas levou à revolta dos palestinos, manifesta no levante de 1929 e no levante de 1936 a 1939.

Se a reação da Grã-Bretanha frente ao primeiro levante foi a princípio “abraçar as demandas palestinas”(PAPPÉ, 2016,

p.34), o lobby sionista reorientou o governo no sentido de seus interesses aumentando a imigração judaica e seus efeitos nefastos na situação dos trabalhadores e camponeses palestinos. O que levou ao levante de 1936.

Segundo Kanafani (2022), a perda dos postos de trabalhos pela política de trabalho exclusivo para judeus e das terras dos camponeses palestinos levou a um desastre econômico para essa população, que junto com as humilhações sofridas, foi o estopim para a revolta que se estendeu de 1936 a 1939. De acordo ainda com o autor, esse foi o momento mais próximo da libertação palestina, que, no entanto, foi massacrado pela autoridade inglesa, com uma estimativa de quase 20.000 vítimas entre mortos e feridos dentre palestinos e os aliados árabes, assassinato dos dirigentes, explosão e demolições de casas.

Ao final, se somou a ajuda de parceiros europeus que passaram a garantir armas e recursos financeiros aos sionistas. Nesse momento os sionistas construíram as estradas para conectar os assentamentos judeus. A isso se seguiu o mapeamento da região palestina, com a clara intenção de um controle do território.

Como analisa Pappé, “a ausência da maioria dos dirigentes palestinos e de unidades militares palestinas viáveis facilitou muito a vida para as forças judaicas em 1947, nas incursões no interior da Palestina” (2016, p.34.)

E nessa condição facilitada pelos ingleses, serão estes a serem vistos como empecilho para o projeto sionista, sobretudo quando da tentativa do controle britânico sobre a imigração judaica pós segunda guerra mundial: “O tópico primordial na agenda sionista em 1946 e 1947, a luta contra os ingleses, se resolveu pela própria decisão britânica de fevereiro de 1947 de deixar a Palestina e transferir a questão palestina para a ONU.” (PAPPÉ, 2016, p.47)

3.

Em 1947, a ONU recomenda a partilha da Palestina em dois estados (Resolução 181), sem qualquer consideração pela composição étnica da população. Aos judeus é dado 53% do território embora esse grupo constituísse apenas um terço da população nesse momento.

A resolução da partilha foi aprovada em 29 de novembro de 1947, e a limpeza étnica da Palestina começou no início de dezembro de 1947, com uma série de ataques judeus em vilarejos e bairros palestinos, em retaliação à depredação de ônibus e lojas durante o protesto de palestinos contra a resolução da ONU, ainda nos primeiros dias após sua aprovação. (PAPPÉ, 2016, p.60)

O projeto de uma limpeza étnica já vinha sendo traçado, segundo Pappé, a partir de planos que inicialmente tinham o propósito de dissuadir os ataques palestinos aos assentamentos judeus. O suprasumo desses planos foi o plano Dalet no qual se decide pela expulsão dos palestinos de forma sistemática e total de sua pátria, seja porque ofereciam algum tipo de resistência, seja porque os vilarejos se situavam em pontos estratégicos.

Em 1948 ocorre a expulsão de mais de 750 mil palestinos, o assassinato indiscriminado da população, a destruição de mais de 500 aldeias, queima de casas e campos, catástrofe que se diz *Nakba* em árabe. Logo após a retirada dos britânicos, a agência judaica declara a fundação do estado judeu na Palestina em 14 de maio de 1948, reconhecido imediatamente pela EUA e URSS, seguidos de outros países.

Segue-se um processo de “reinvenção da Palestina” por parte da ocupação judaica, “uma sistemática tentativa acadêmica, política e militar de desarabizar o território – seus nomes e sua geografia, mas, acima de tudo, sua história” (PAPPÉ, 2016, p.260-61). Nesse sentido, esquecer a *Nakba*, soterrá-la sob uma nova arquitetura de parques e ciprestes, foi e continua sendo um ponto importante para a estratégia sionista, inclusive para as discussões rumo a um “processo de paz” nos

termos que lhes interessa.

Mas como diz Jabr a partir da escuta dos seus pacientes psiquiátricos: “A Nakba é um insulto contemporâneo renovado a cada palestino humilhado, preso ou morto; sal é adicionado à ferida da Nakba a cada casa demolida e a cada pedaço de terra confiscado.” (2024, p.49)

Outras guerras árabe-israelenses acontecem, sempre com um resultado expansionista por parte de Israel. Os conflitos na região se sucedem, e não há uma solução diplomática internacional. O que incita a resistência armada por parte dos palestinos.

A primeira Intifada em 1987 deu origem ao grupo de resistência islâmica, o Hamas. Inicialmente surgido como uma organização de assistência social, passa a recorrer à luta armada e aos atentados suicidas quando da adesão da Organização para a Libertação da Palestina aos acordos de Oslo em 1993. Tais acordos resultaram no reconhecimento do estado de Israel por parte dos palestinos e no reconhecimento da OLP como representante do povo palestino. Estabelecia também a retirada de assentamentos israelenses na Cisjordânia e a transferência do controle de parte (cerca de 40%) dessa região para a recém-criada Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Além de privilegiar interesses israelenses, tais acordos não tocam na questão do retorno dos refugiados ou do reconhecimento da *Nakba*. Acrescente-se o fato de que Israel não cumpriu a determinação de retirada dos assentamentos e, contrariamente a isso, continuou seu projeto de ocupação da região. Diante da fragilidade dos acordos para uma solução de paz para a região, e com o reconhecimento do estado de Israel pela OLP, incluindo sua maior facção, o Fatah, e pela ANP, o Hamas radicaliza a sua ação e disputa com o Fatah a direção do povo palestino, estabelecendo por via eleitoral o controle sobre a Faixa de Gaza a partir de 2006.

A situação de opressão cotidiana dos palestinos sob a ocupação sionista, bem como a incapacidade e inoperância de uma solução diplomática para a questão faz com que parte da população palestina reconheça o Hamas como uma força legítima, por mais que o Ocidente alardeie o seu caráter “terrorista”. Sobre isso, escreve Jabr: “Até hoje, os palestinos não têm um Estado nem Forças Armadas. Nossos ocupantes nos submetem a toques de recolher, expulsões, demolições de casas, tortura legalizada e uma variedade de violações dos direitos humanos. [...] A mídia americana chama nossa busca por liberdade de “terrorismo”, colocando o palestino no papel de protótipo internacional do terrorista. Isso moldou a consciência pública ocidental e resultou em um viés internacional que costuma descrever casos de violência contra civis palestinos em uma linguagem indiferente, reduzindo as perdas palestinas a meras estatísticas sem rosto, enquanto se utiliza de uma linguagem emocional e de recursos visuais para descrever as perdas israelenses”. (2024, p.106)

A autora nos interpela: “Por que a palavra ‘terrorismo’ é tão prontamente aplicada a indivíduos ou grupos que usam bombas caseiras, mas não a Estados que se utilizam de armas nucleares e outras armas proibidas internacionalmente para garantir a submissão ao opressor?” Para concluir muito acertadamente que “‘terrorismo’ é um termo político usado pelo colonizador para desacreditar aqueles que resistem”. (JABR, 2024, p.106-07)

É mesmo inacreditável que a pecha de terrorismo seja creditada apenas àqueles que resistem a situações de opressão, mesmo que seja fartamente documentada a desproporção entre o armamento israelense-estadunidense e o armamento palestino, a desproporção entre as perdas humanas entre os dois lados com o agravante de que 70% dos mortos palestinos sejam mulheres e crianças, a desproporção entre o tempo de opressão e o tempo de revolta, a violação de todos os acordos tentados pelas organizações internacionais por parte de Israel, a destruição de escolas e hospitais, a proibição de entrada de alimentos e material de saúde, o assassinato de médicos, enfermeiros e técnicos, o assassinato de jornalistas, acrescentando-se os requintes de crueldade, de tortura física e psicológica, de desmonte emocional e de escárnio veiculado nas redes sociais pelos sionistas.

Diante desse quadro, cabe perguntar qual será o rumo desse genocídio, uma vez que a resolução pelos dois estados parece estar cada vez mais distante. O estado de Israel vem descumprindo sistematicamente os acordos firmados, ainda que tais

acordos sejam notadamente favoráveis a ele, mas não parecem suficientes para o seu projeto expansionista.

O reconhecimento pela ONU dos crimes de guerra e crimes contra a humanidade perpetrados por Israel, bem como a condenação de Netanyahu à prisão não parecem exercer efeito significativo no decorrer desse genocídio, apesar da conscientização e manifestação cada vez maiores da população em todo o mundo. O objetivo assumido claramente pelo estado de Israel é levar a cabo o extermínio do povo palestino e parece não haver força internacional que seja capaz de detê-lo. O que nos leva a pensar que forças o sustentam para além da ideologia veiculada acerca do conflito cultural, religioso, entre árabes e judeus; e para além da suposta reparação histórica do holocausto.

4.

Voltemos à *Questão Judaica* no intento de jogar luz sobre esse fenômeno. Esse texto foi objeto de grande polêmica, sendo Marx inclusive acusado de antissemitismo. No entanto, recuperando o contexto no qual foi escrito, trata-se de uma resposta de Marx ao posicionamento do filósofo Bruno Bauer. Este defendia que se os judeus quisessem participar como cidadãos do Estado prussiano, eles deveriam renunciar à sua religião, assim como também o Estado deveria se tornar laico. A questão do Estado laico se colocava como um elemento fundamental na compreensão do atraso econômico, social e político da Alemanha no século XIX.

Embora Marx também fosse um defensor do estado laico, ele se contrapõe à argumentação de Bauer, ressaltando que uma das características do estado laico é justamente a desvinculação entre estado e religião. Portanto a criação do estado laico, como se verifica no estado moderno, traz como consequência o remetimento da religião à esfera das liberdades privadas. Isso coloca a pergunta pelo porquê da permanência da discriminação ao judeu mesmo nos países que já realizaram a emancipação política.

A análise de Marx procura indicar as limitações da emancipação política ainda que evidentemente tal emancipação signifique um avanço em relação ao estado religioso por seu caráter particularista. O estado moderno, laico, expressaria, ao contrário, a universalidade da liberdade humana em seus direitos e deveres. Este é o motivo do grande elogio de Hegel ao estado moderno. No entanto, já nesse texto sobre a questão judaica, Marx desenvolve as características e os limites da emancipação política, iniciando a crítica do pensamento hegeliano. Em síntese Marx reconhece o estado moderno universalista e seu aparato jurídico e ideológico expresso nas declarações do direito do homem e do cidadão como o resultado de uma necessidade posta pela sociedade civil, instância essa marcada pela fragmentação e pela desigualdade.

Ao analisar os conceitos jurídicos presentes na formulação dos direitos do homem e do cidadão, Marx esclarece quem são esse homem e esse cidadão: o cidadão que abstratamente compartilha formalmente dos direitos universais, e o indivíduo privado que na sua vida individual não se reconhece como cidadão de forma a ter, entre outros elementos sintomáticos de sua irrealização, a necessidade religiosa e a liberdade da escolha do credo.

A partir do reconhecimento dos limites da emancipação política, Marx desenvolve a noção de emancipação humana na qual os direitos alcançados na modernidade seriam efetivamente parte da vida dos indivíduos, rompendo a cisão cidadão-indivíduo privado, estado-sociedade civil, proposição que culmina na crítica da política e do estado como elementos a serem superados numa sociedade revolucionada e reestruturada em sua instância determinativa, a esfera da produção e da reprodução da vida social.

Ainda em uma linguagem imprecisa – Marx tinha 25 anos nesse momento e não tinha, portanto, ainda desenvolvido seus estudos econômicos e seus conceitos fundamentais para a crítica da economia política – o autor identifica o princípio da sociedade burguesa com a necessidade prática, o egoísmo, cujo deus seria o dinheiro.

Ao se referir aos judeus, Marx identifica nestes o próprio espírito da sociedade moderna, isso porque o judeu se consolida como o homem do dinheiro (Geldmensch) na esfera comercial e financeira, atuando como mercador, banqueiro e usurário ao longo dos séculos. A busca marxiana é por uma compreensão materialista, histórica, do judaísmo no mundo moderno como expressão de uma “necessidade prática, do egoísmo”, posta pela sociabilidade capitalista. (2013, p.60)

Se a necessidade prática é a questão a ser primariamente resolvida pela sociedade civil, a forma como isso se dá no mundo capitalista desenvolve o egoísmo como elemento da vida social. Se assim é, Marx identifica o judaísmo como um sintoma que só pode ser resolvido pela transformação do princípio da sociedade civil, ou seja, pela superação do egoísmo e do deus dinheiro, ou em outras palavras – ainda não usadas pelo autor-, pelo fim do capitalismo. A questão judaica posta historicamente na modernidade se resolveria então na e pela história:

Tentaremos romper com a formulação teológica da questão. A pergunta pela capacidade de emancipação do judeu se transforma para nós na seguinte pergunta: qual é o elemento social específico a ser superado para abolir o judaísmo? Pois a capacidade de emancipação do judeu moderno equivale à relação do judaísmo com a emancipação do mundo moderno. (MARX, 2013, p.55)

É sobre essa relação que o autor vai pensar a questão judaica: “o judaísmo não se conservou apesar da história, e sim através da história. É das suas entranhas que a sociedade burguesa gera continuamente o judeu”. (idem, p. 57) Marx identifica o judeu como o indivíduo do mundo capitalista; não propriamente como uma pessoa de uma religião particular, mas como uma forma de ser que se desenvolve no mundo capitalista, centrado sobre as relações de troca e, portanto, sobre o poder do dinheiro. Ainda com um vocabulário impreciso, ele associa o judaísmo ao sistema monetário, sem ter condições naquele momento de desvendar o fetiche do dinheiro como forma superior do fetiche da mercadoria, o que fará posteriormente em *O Capital*. Em *A sagrada família*, a emancipação dos judeus é formulada como uma “tarefa prática geral do mundo de hoje, que é um mundo judaico até a raiz”, ou ainda “a tarefa da suprassunção da essência judaica é, na verdade, a tarefa da suprassunção do judaísmo da sociedade burguesa, o caráter inumano da prática da vida atual, cuja culminação é o sistema monetário”. (MARX, 2011, p.129)

Trazer essas passagens à tona nesse artigo tem como objetivo contrapor a orientação marxiana na compreensão da questão judaica à compreensão teológica que a reveste a partir de Moses Hess até os tempos atuais, culminando numa pretensa legitimidade da usurpação do território palestino. O propósito é desvestir a ideologia sionista e revisitar a tese marxiana de uma superação da questão judaica através da transformação revolucionária da sociedade capitalista, ainda que seja tão somente como iluminação para pensar os impasses contemporâneos.

5.

A questão judaica diz respeito à possibilidade de assimilação ou não dos judeus nas sociedades ocidentais, questão que se acentua a partir do século XIX.

Segundo Abraham Leon, a presença dos judeus era tolerada na antiguidade e alta Idade Média como elementos responsáveis pelo intercâmbio de mercadorias e pelo empréstimo a juros. Necessária a presença, mas desprezada porque associada à usura. Observa, porém, que: “A partir do século XII, paralelamente ao desenvolvimento da Europa ocidental, ao crescimento das cidades e à formação de uma classe comercial e industrial autóctona, a situação dos judeus começa a piorar seriamente, até chegar a sua quase total eliminação da maior parte dos países ocidentais. (LEON, 1975, p.14)

O surgimento de uma burguesia mercantil nativa dispensa o intermédio dos judeus. Se parte destes se assimilam a essa burguesia, outra grande parte se dirige à Europa oriental, atrasada em relação ao desenvolvimento capitalista. Ali

permanecem em suas funções, sobretudo na Rússia e Polônia, até o fim da servidão no século XIX e do regime feudal na propriedade rural.

Como esclarece Leon: “A acumulação do dinheiro nas mãos dos judeus não se originava em uma forma especial da produção capitalista. A mais-valia (ou sobreproduto) provinha da exploração feudal, e os senhores estavam obrigados a entregar uma parte dessa mais-valia aos judeus.” (LEON, 1975, p.17). Trata-se de uma classe comercial pré-capitalista. Ou ainda a respeito da acumulação realizada pelos judeus: “A usura e o comércio exploram um procedimento determinado de produção que não criam e ao qual permanecem estranhos.” (idem)

Diferentemente, o capital comercial pré-capitalista vai se subsumir ao capitalismo em seu desenvolvimento na Europa ocidental, assumindo uma função específica no ciclo do capital.

Com o fim da servidão na Europa oriental, o retorno aos países ocidentais se dá sob condições muito diferentes: Por um lado, a assimilação econômica e também cultural dos judeus enriquecidos, e por outro lado, o surgimento do proletariado judeu no quadro do capitalismo industrial. Surge aí a questão judaica, ou seja, como integrar economicamente os judeus.

Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo impulsionou a evolução da questão judaica por caminhos diametralmente opostos. Por uma parte o capitalismo favorece a assimilação econômica e em consequência a assimilação cultural; por outra, desenraizando as massas judias, concentrando-as nas cidades, provocando o recrudescimento do antissemitismo, estimula o desenvolvimento do nacionalismo judeu. O ‘renascimento da nação judia’, a formação da moderna cultura judia, a criação do idioma idish, o sionismo, acompanham os processos de emigração e de concentração das massas judias nas cidades e são paralelos ao desenvolvimento do antissemitismo moderno. (LEON, 1975, p.138)

A discriminação histórica dos judeus se incrementa no século XIX, tendo uma motivação mais claramente econômica, a partir da luta entre o capital financeiro, improdutivo e o capital industrial, produtivo. Luta no interior do capital, luta “entre primos”, diria Marx, que em grande medida enevoa até hoje o entendimento do movimento do capital, como se houvesse um mau capital e um bom capital.

A herança da crítica materialista pode ser encontrada em vários teóricos que, da mesma forma que Marx, supuseram a dissolução da questão judaica no desenvolvimento de uma sociedade emancipada do fetichismo da mercadoria e seus desdobramentos. Mas a história se mostrou mais complexa. A esse respeito, dirá Bensaid: “Condenada à extinção pura e simples pelos socialistas do século XIX, a ‘questão judaica’ persistiu no século XX sob o triplo efeito do genocídio (nazista), da reação stalinista e da estatização sionista.” (2013, p.112)

A abordagem da questão judaica sofre um retrocesso a partir desses eventos, voltando-se à orientação de Moses Hess, que transforma a história em acontecimento teológico. Em vez de uma compreensão histórica, se recai no mito da essência judaica, da raça judaica, da terra prometida e do povo eleito.

O estado de Israel é fruto desse retrocesso. Um estado teológico que aparentemente seria pré-moderno pois nasce sem a característica fundamental do estado moderno que, ainda que formalmente, se edifica sobre o reconhecimento da universalidade humana. Repõe a aliança entre estado e religião e promove a discriminação, elevando as particularidades de um credo ao status de constituição política. Dessa forma, “o judeu do shabat e o judeu profano que Marx distinguia são assim reunidos, costurados juntos no judeu teológico ressuscitado como judeu israelense. A ‘nacionalidade quimérica’ tornou-se nacionalidade efetiva, armada e de botas.” (BENSAID, 2013, p.118)

Mas por detrás dessa aparente anacronia, pode-se reconhecer a atualidade do estado de Israel como resposta à crise do capital e à luta internacional pela hegemonia mundial. Como elemento fundamental do capital financeiro, a criação do estado de Israel é a resposta aos interesses do capital que representa a confluência do que há de mais nefasto (mas necessário do ponto de vista da dinâmica do capital na atualidade) que é a indústria da guerra, do armamento, da destruição.

6.

Estado teo-colonial, se vale do argumento religioso como escudo para se encaixar no projeto ocidental de dominação econômica, sobretudo estadunidense, num momento crítico de disputa frente às iniciativas da China e seu projeto de uma nova rota da seda. Nessa luta por uma nova recomposição mundial, de uma luta entre grandes capitais, que se verifica em guerras e conflitos que se desenrolam na atualidade, a usurpação da Palestina se torna o caso mais visível, e se tornou mais visível justamente pela ação dramática do Hamas, que interrompeu a aliança que seria firmada entre Arábia Saudita e Israel favorecendo os interesses estadunidenses e fragilizando ainda mais a causa palestina, e trouxe à cena o sofrimento dos palestinos, sem o que estes continuariam sendo massacrados cotidianamente na mudez dos meios de comunicação.

Tal genocídio torna muito claro o fundamento econômico por sob a roupagem religiosa, étnica, tratando-se muito claramente de um enfrentamento desigual entre os detentores do capital e os expropriados e violentados a céu aberto, à vista de todo o mundo, com a conivência dos governos ricos e seus vassalos.

Dessa forma, embora dada toda a peculiaridade dessa “guerra”, todos os elementos particulares que parecem indicar uma tensão entre o mundo árabe e o mundo ocidental, o curso dos acontecimentos desfaz essa imagem (tão propícia à divulgação da ideologia corrente nos meios de comunicação acerca do perigo árabe e sua selvageria frente à civilização ocidental), na medida em que a disposição dos países em seus posicionamentos, incluindo os países árabes, revela os interesses econômicos em jogo. E revela, como bem assinala Reginaldo Nasser,^[ii] que não se trata apenas de etnias, mas fundamentalmente de luta de classes.

A forma atroz como tal massacre está sendo conduzido, aberta e assumidamente genocida, sem qualquer filtro a encobrir que se trata agora de um projeto de solução final para o povo palestino e de ocupação total do território sem qualquer respeito à regulação internacional, mostra a fragilidade do direito quando do momento de crise do capital, de sua sociabilidade e de sua moralidade. No momento em que o desenvolvimento contraditório da economia capitalista toca, agora de forma contundente, em todos os limites da sustentabilidade da vida social, da vida planetária e do próprio sentido de humanidade, o que se tem é a visão crua da barbárie que se impõe par e passo com um novo ciclo de acumulação da riqueza e seus mecanismos para conservá-la e ampliá-la a todo custo. É o momento da extrema direita assumir sem pudor a barbárie em prol do capital.

Por isso o lema *Gaza: the soul of my soul* nos toca fundo quando da identificação do sofrimento do povo palestino como o símbolo vivo da luta mundial entre o que resta em termos de perspectivas de esquerda contra o avanço da extrema direita. Tal sofrimento televisado, espetacularizado, representa na contemporaneidade a culminância do sofrimento dos povos colonizados que ainda hoje padecem dessa condição, do sofrimento dos indivíduos que são violados nas mais diversas formas em suas vidas cotidianas, do sofrimento da natureza e suas consequências para a vida planetária, de forma que se constitui como o momento da perda total dos limites éticos, morais e legais, soando como um aviso do que nos espera como humanidade.

A fábula se refere a ti!, nos alerta Marx no prefácio de *O Capital*, a nos lembrar que esse sistema- mundo atinge a todos nós de alguma forma, ainda que sob roupagens particulares. Vivemos esse conflito todos os dias. Sempre a mesma luta de classes sob circunstâncias particulares que muitas vezes nos fazem perder o sentido maior da luta. Qualquer remendo social, qualquer política pública que signifique minimamente um refresco nos muitos sofrimentos cotidianos esbarra sempre nos interesses do capital que nos atinge na capilaridade das nossas vidas.

Gaza é a imagem mais terrível dessa luta. Por isso é tão emblemática. Daí o significado da proposição “*Gaza: A alma da minha alma*”, porque resume o nosso temor mais secreto como indivíduos sociais, que é a afronta àquilo que chamamos de

humanidade, o rompimento do fio que nos faz ver o outro como um eu apesar de todas as diferenças. Gaza, a alma da minha alma, resiste como possibilidade última de reafirmação de um projeto social enquanto o estado de Israel emerge como a figura dantesca do estado de exceção em tempos de crise do capital. Estamos falando de uma ruptura na tessitura já frágil da existência social, do ultrapassar de todos os limites normativos que sustentam a vida social. Em seu consultório psiquiátrico, Jabr ouve o trauma coletivo de seus pacientes: “ Sinto que meu corpo está intoxicado, oprimido, exposto à injustiça; que meu desejo está quebrado”. (2024, p.57)

Como atenta a autora, os crimes contra os palestinos “não são apenas uma violação do estado de direito, mas também uma traição à nossa humanidade partilhada.” (idem, p.140)

Cada atitude de defesa e de solidariedade ao povo palestino é nossa forma de resistir, nossa contribuição ao *sumud* palestino e nosso aprendizado do *sumud* palestino para o exercício da longa revolução das estruturas econômicas que se faz necessária no caminho de uma vida mais humana. Essa é a perspectiva a ser recolocada no horizonte de um cotidiano de alheamento, desânimo e capitulação ao qual fomos lançados. O genocídio do povo palestino é a tentativa de apagamento da possibilidade de resistência como direito humano, é a abertura para uma desumanização programática em prol dos interesses econômicos, em seus velamentos religiosos ou políticos. Por isso a causa palestina nos atinge na alma. E como ressalta Bensaid, “o apelo de Marx para transformar as questões teológicas em questões profanas ainda continua igualmente atual.” (2013, p.119)

O caminho é longo mas como diz Samah Jabr: “A urgência , hoje, reside em reavivar a nossa humanidade moribunda, que não conseguiu preservar as vidas de Gaza, promover a compaixão e restaurar os valores que nos definem como seres humanos. Vamos resgatar os restos de nossa humanidade dos escombros de Gaza.” (2024, p.140)

***Ana Selva Albinati** é professora aposentada do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Referências

ALTMAN, Breno. *Contra o sionismo - retrato de uma doutrina colonial e racista*. São Paulo: Alameda, 2023.

BENSAID, Daniel. Apresentação e posfácio in MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2013.

JABR, Samah. *Sumud em tempos de genocídio*. Rio de Janeiro: Tabla, 2024.

KANAFANI, Ghassan. *A revolta de 1936-1939 na Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2022.

LEON, Abraham. *Concepcion materialista de la cuestion judia*. Buenos Aires: Ediciones El Yunque, 1975.

MARX, K./ENGELS, F. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital* vol I. São Paulo: Boitempo, 2013

MERUANE, Lina. *Tornar-se Palestina*. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

MISLEH, Soraya. *Al Nakba – um estudo sobre a catástrofe palestina*. São Paulo: Sundermann, 2022.

PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica na Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2016.

PAPPÉ, Ilan. *Dez mitos sobre Israel*. Rio de Janeiro, Tabla, 2022.

Notas

[i] JABR, Samah : *Sumud em tempos de genocídio*. Organização e tradução de Rima Awada Zahra. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2024. 192 p.

[ii] Entrevista a Reginaldo Nasser. *Cessar fogo no Líbano: dá para acreditar?* Ópera mundi: Programa 20 minutos. 28/11/2024.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)